

AS MÚLTIPLAS CONCEPÇÕES DE MUSEUS NA HISTÓRIA: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE SEU PAPEL NA SOCIEDADE

LAS MÚLTIPLES CONCEPCIONES DE MUSEO EN LA HISTORIA: UNA BREVE REFLEXIÓN SOBRE SU PAPEL EN LA SOCIEDAD

THE MULTIPLE CONCEPTIONS OF MUSEUMS IN HISTORY: A BRIEF REFLECTION ON THEIR ROLE IN SOCIETY

Recebido em: 19/01/2022

Aceito em: 18/04/2022

Maria Ferreira de Sousa¹ 

Resumo: A preocupação em preservar a história e a memória de um povo, uma sociedade, sempre esteve presente desde os tempos primórdios. Compreender como esse processo vem ocorrendo ao longo do tempo, das coleções de objetos da antiguidade à criação de gabinetes e aos museus atuais, constatando as múltiplas funcionalidades ocupadas nesse espaço em diferentes períodos da história, é objetivo deste artigo. Baseado em estudos realizados a partir de fontes bibliográficas e dados coletados do Centro de Pesquisa e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia (CPMRARO), conclui-se que muitas mudanças ocorreram e vem ocorrendo no contexto dos museus. No Brasil, comumente, preservava-se objetos que representavam a história da nação, porém, não estava presente a história de grande parte da população, das populações negras, indígenas e àquelas que viviam à margem da sociedade. Privilegiavam-se os grandes monumentos e a história da elite. A memória era institucionalizada e manipulada, criavam-se mitos para reforçar o que deveria ser lembrado ou esquecido. Partindo de diversas críticas por parte da sociedade, os museus foram se modificando e ampliando seus espaços, novas definições e metas foram sendo estabelecidas. Um museu bem referenciado socialmente, precisa garantir em seu espaço diversas memórias, diversos grupos sociais estarem nele representado.

Palavras-chave: Museus; Memória; Identidade; Patrimônio cultural.

Resumen: La preocupación por preservar la historia y la memoria de un pueblo, de una sociedad, ha estado siempre presente desde el principio de los tiempos. Comprender cómo se ha producido este proceso a lo largo del tiempo, desde las colecciones de objetos de la antigüedad hasta la creación de gabinetes y museos actuales, constatando las múltiples funciones que ha ocupado este espacio en diferentes períodos de la historia, es el objetivo de este artículo. Con base en estudios realizados a partir de fuentes bibliográficas y datos recopilados del Centro de Investigación y Museo Regional de Arqueología de Rondônia (CPMRARO), se concluye que muchos cambios ocurrieron y están ocurriendo en el contexto de los museos. En Brasil, comúnmente se conservaban objetos que representaban la historia de la nación, sin embargo, no estaba presente la historia de gran parte de la población, de las poblaciones negras e indígenas y de quienes vivían al margen de la sociedad. Se privilegiaron los grandes monumentos y la historia de la élite. Se institucionalizó y manipuló la memoria, se crearon mitos para reforzar lo que se debe recordar u olvidar. A partir de diversas críticas por parte de la sociedad, los museos fueron cambiando y ampliando sus espacios, estableciéndose nuevas definiciones y objetivos. Un museo bien referenciado socialmente necesita garantizar en su espacio diversas memorias, diversos grupos sociales a ser representados en él.

Palabras-clave: Museos; Memoria; Identidad; Patrimonio cultural.

Abstract: The concern to preserve the history and memory of a people, a society, has always been present since the beginning of time. Understanding how this process has occurred over time, from collections of objects from antiquity to the creation of cabinets and current museums, noting the multiple functions occupied in this space in different periods of history, is the objective of this article. Based on studies carried out from

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho – RO. E-mail: mariaferreiratae@gmail.com

bibliographic sources and data collected from the Research Center and Regional Museum of Archeology of Rondônia (CPMRARO), it is concluded that many changes have occurred and are occurring in the context of museums. In Brazil, objects that represented the history of the nation were commonly preserved, however, the history of a large part of the population, black and indigenous populations and those who lived on the margins of society was not present. The great monuments and the history of the elite were privileged. Memory was institutionalized and manipulated, myths were created to reinforce what should be remembered or forgotten. Starting from various criticisms by society, museums were changing and expanding their spaces, new definitions and goals were being established. A well-referenced museum socially needs to guarantee in its space different memories, different social groups are represented in it.

Keywords: Museums; Memory; Identity; Cultural heritage.

INTRODUÇÃO

Preservar a História e a Memória de uma sociedade em face às constantes transformações se torna cada vez mais desafiador mediante ao crescente desenvolvimento da tecnologia e dos meios de comunicação, que possibilitam a difusão da informação com muita rapidez, tornando-se anacrônico o que foi recentemente construído, extirpando as impressões do passado, as tradições culturais e as memórias. As relações entre os indivíduos são marcadas por uma curta duração, como afirma Bauman (2005, p. 15): “a sociedade pós-moderna preza velocidade, e não duração”. Nestas condições, os museus têm uma função extremamente relevante, todavia, sabemos que os museus não apenas nos direcionam ao passado, como também, são lugares de conexão entre passado, presente e possibilidade de futuro, pois olhar o passado é conhecer o que foi feito e reconhecer os processos que influenciam o presente, para que novos conhecimentos e técnicas sejam disponibilizados para a sociabilidade e sustentabilidade das futuras gerações. Os museus ou casas de memória, devem funcionar não somente como espaço de salvaguarda e de comunicação, mas também, conforme afirma Freire (2011, p. 42), “um importante disseminador da cultura, de afirmação de identidades, onde as pessoas se assumam como seres sociais e históricos, seres pensantes, comunicantes, transformadores, criadores, realizadores de sonhos”.

O presente artigo é resultado de um minucioso levantamento bibliográfico de diversos estudiosos do tema em questão. Além dos referenciais teóricos, foi utilizado também outros suportes com dados e informações adquiridas do Centro de Pesquisa e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia (CPMRARO). Apresenta de forma breve, as múltiplas concepções de museus no decorrer da história humana, do colecionismo de objetos da Antiguidade aos museus contemporâneos. Faz também uma rápida análise de como esse espaço foi ocupado ao longo da história, especificamente, após a Revolução Francesa, momento em que priorizou a construção de uma narrativa nacional, transformando esses

espaços em instrumentos de legitimação de poder, enfatizando a cultura das elites e o discurso oficial, geralmente manipulatória e excludente, desconsiderando a diversidade de memórias e a diversidade cultural. Apresenta ainda alguns debates e discussões acerca do alargamento do conceito de patrimônio cultural e as novas definições do papel do museu na sociedade atual. Por fim, aborda de modo sucinto, um pouco da história do Centro de Pesquisa e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, situado no município de Presidente Médici, a sua importância na preservação e valorização da memória local e regional, apontando algumas reflexões sobre as ações de educação patrimonial desenvolvidas pela equipe do museu.

CONCEPÇÕES DE MUSEUS E O SEU PAPEL NA SOCIEDADE

No decorrer da história foram surgindo diversos conceitos museus. Na Antiguidade, já se colecionavam alguns objetos de arte, materiais preciosos ou que representavam um valor expressivo para a sociedade naquela época. Verifica-se tais registros em Homero (Séc. IX a.C.) e Plutarco (Séc. I e II d.C.). Na Antiga Grécia, costumava-se construir, ao lado dos templos, locais para guardar as oferendas, que geralmente eram troféus, esculturas e alguns trabalhos de arte. Colecionar obras de arte na Idade Média representava reputação e notoriedade para a elite feudal.

Entre os séculos XVI e XVII, durante as grandes explorações e descobrimentos, colecionavam-se uma multiplicidade de objetos raros ou estranhos dos três reinos considerados pela biologia na época: animália, vegetália e minerália; além daqueles que eram produtos do trabalho humano.

Na Europa, durante o Renascimento, as grandes coleções reunidas desde os séculos passados, e constituídas pelas mais variadas peças, foram organizadas, surgindo assim, os chamados Gabinetes de Curiosidades ou Câmaras de Maravilhas, onde diferentes objetos eram reunidos sob o sentido da acumulação. Os Gabinetes de Curiosidades tiveram um papel fundamental para o desenvolvimento da ciência moderna, embora refletissem a opinião popular do tempo. Seus catálogos, geralmente ilustrados, permitiam o acesso e a difusão de conteúdo para os cientistas da época. Sendo mais direcionados ao estudo das ciências naturais, estes Gabinetes estimularam algumas instituições públicas de ensino a constituírem suas próprias coleções científicas.

A partir do século XVII, essas coleções foram organizadas cientificamente e expostas nos Gabinetes, que posteriormente, passou a ser chamados de museus. Entre os séculos XVII e XVIII, surgiram os museus modernos, a partir de doações de coleções particulares às cidades, como por exemplo, a doação dos Grimani à Veneza; da coleção de John Tradescant, feita por Elias Ashmole, à Universidade de Oxford, entre outras (SOTO, 2014).

De acordo com Filho (2006, p. 31-32):

Os Gabinetes no início do Renascimento não são idênticos àqueles do século XIII. Eles acompanham e expressam as mudanças nas diferentes formas de organização por que passam, nos critérios para a formação dos acervos de objetos e também na função social que desempenham. Se no início eles eram vistos como verdadeiros tesouros particulares de príncipes e reis, aos poucos eles se tornam locais de estudo e pesquisa. Essa passagem é gradual e somente tomará forma no século XVIII, com o Iluminismo.

Somente a partir do contexto em que o conhecimento passou a ser associado com a razão, a ordem e a moral, caracterizado pelo período do Iluminismo, que propiciou à formação dos acervos sistematicamente organizados, do surgimento do conceito de coleção como instituição pública, chamado museu. Conforme Soto (2014, p. 59): “O primeiro museu público foi criado na França durante o governo revolucionário (período de Robespierre), em 1793, o ‘Musée di Louvre’ (Museu do Louvre)”.

Ocupando um espaço público que constantemente se alterava e ganhava formatos cada vez mais modernos, renovando suas funções e utilidades, a ideia de museu aparece como um espaço de exposição pública que reúne, dá visibilidade e permite acesso direto às obras.

Grandes mudanças vieram com a Revolução Francesa. Vários autores concordaram que a criação de museus públicos na França foi resultado de três decretos da Assembleia Nacional: o decreto de 2 de novembro de 1789, nacionalizando os bens da Igreja católica; o de 9 de novembro de 1791, com o confisco dos bens dos emigrados; finalmente, em 8 de agosto de 1793, quando foi emitido um decreto para suprimir as academias. Esses atos revolucionários, movidos por questões ideológicas, políticas e econômicas, permitiram à jovem nação francesa ser herdeira de uma vasta riqueza artística espalhada pelo país. A partir desse momento foi necessário inventariar e catalogar todos esses bens, garantindo sua preservação. Diante daquele contexto de acalorados debates, a criação de um museu nacional tornou-se inevitável (BREFE, 2007).

Aberta ao público em 1792, as coleções do Museu do Louvre podem ser consideradas um marco no estabelecimento da definição de um patrimônio moderno, que garantisse a representação de um novo Estado Nacional que se formava por meio de novos conceitos artísticos e culturais. Grandes coleções, antes mantidas em antiquários e palácios, perderam sua conexão com padrões pessoais, sagrados e secretos e passaram a se integrar os espaços públicos, da ilustrado das artes e do saber (POULOT,1997).

Mas discursos não são criados e inventados segundo apenas as intenções de alguns. Além dos conflitos internos na construção das narrativas nacionais, era preciso garantir à França o status de herdeira natural da civilização ocidental, pois outros países europeus também disputavam esse lugar de principal herdeiro desta civilização.

De acordo com Elias (1993), o termo civilização, em geral, caracteriza-se por representar a consciência que o Ocidente tem de si, ao verificar as transformações na definição do conceito sofridas ao longo do processo histórico. Ele também observa que o termo civilização não possui exatamente o mesmo significado para as diferentes nações ocidentais, em especial para a França e Inglaterra bem como para a Alemanha. Para Elias, a explicação para essa diferenciação está relacionada ao contexto político vivenciado por estes países no século XVIII.

Deste modo, Elias (1993) explica que para os franceses e ingleses civilização é um conceito que abarcava a importância e o orgulho que estes têm da contribuição dada pela sua nação ao progresso do Ocidente e da humanidade, por isso seu sentido minimiza as diferenças nacionais. Já para os alemães, a ideia de civilização não carregava o cunho universalista observado na França e Inglaterra. Apesar de significar algo útil, seu alcance era limitado a uma classe social específica: a aristocracia cortesã. Esta classe social almejava aproximar seu comportamento daquele adotado pelos franceses, sujeitos considerados portadores de um modo de ser e agir ideais. Por isso este comportamento era tomado pela aristocracia cortesã alemã como sinônimo de superioridade e a sua adoção se configurava em uma forma distinção (ELIAS, 1993).

No século XIX, todos os grandes países europeus se dedicaram a trazer artefatos clássicos para seus museus. Expedições arqueológicas francesas, britânicas, holandesas e alemãs invadiram a Grécia, Itália, Ásia Menor, norte da África e áreas onde antigas cidades mesopotâmicas estavam localizadas, em busca dos objetos clássicos da antiguidade. O Brasil do século XIX era governado por uma monarquia europeia que também participou desse

movimento. A criação de museus no Brasil teve início no século XIX, replicando muitos aspectos dos museus europeus no mesmo período (SANTOS, 2000).

No Brasil, o primeiro museu a ser construído foi o Museu Imperial, projetado por D. João VI, em 1818 e localizado na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro. Um museu de História Natural que tinha uma boa comunicação com os museus europeus de História Natural. Após a República, passou a ser chamado de Museu Nacional. Este primeiro museu de História Natural do Brasil seguia os critérios de universalidade do conhecimento.

Não apenas o Museu Nacional, mas a maioria dos museus criados no Brasil ao longo do século XIX, constituíam fontes de riquezas naturais e amostras de espécies locais. Foi o caso de museus como o Gabinete de História Natural do Maranhão, de 1844; Museu Paraense, de 1866, que mais tarde se tornou Museu Paraense Emílio Goeldi; Museu Paranaense, em 1875; o Museu Botânico da Amazônia, 1883; e Museu Paulista de 1894. Poucos foram os museus que fugiram a este destino. Inicialmente, os museus brasileiros não tinham interesse em a história do país, focavam-se basicamente em colecionar as riquezas naturais que existiam no território nacional. Nesse período, o Museu Nacional, o Museu Paulista e o Museu Paraense Emílio Goeldi foram três importantes referências na vida acadêmica e científica do país (SCHWARCZ, 1993).

No final do século XIX, havia cerca de dez museus no Brasil, com exceção do Museu Naval e Oceanógrafo (1868) e do Museu da Academia de Medicina (1898), ambos localizados no Rio de Janeiro, todos os outros museus estavam ligados às atividades classificatórias de elementos da natureza. O Museu Nacional foi primeiro museu a preservar as riquezas naturais, de início, pertencente ao Império; e posteriormente, a República. O perfil do museu mostrava a importância dos recursos naturais para a consolidação da nova nação e a relação de desigualdade na composição dos perfis nacionais (SANTOS, 2000).

Segundo Lowenthal (1976, apud SANTOS, 2004, p. 56):

Havia uma tendência nos países que declaravam a independência das matrizes colonialistas em criar um conjunto de símbolos que lhes desse autonomia por meio da ruptura radical com a antiga metrópole. No Brasil, esses símbolos criados após a declaração da Independência marcaram a singularidade do Império, ou seja, um novo Estado que não procurava a ruptura radical com Portugal.

Em 1922, foi criado por Gustavo Barroso o Museu Histórico Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, que foi um marco em que assinalava um novo período para os museus nacionais do país. Deixou os seus acervos de elementos da natureza e passou a se constituir

de objetos que representassem a História da Nação, que privilegiou o legado da elite brasileira e seus feitos oficialmente classificados como históricos, preterindo a produção cultural popular.

Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, o Estado Novo pretendia definir uma identidade nacional com base na identificação, defesa, restauro e conservação de monumentos e obras de arte que valorizassem a cultura nacional. Para tanto, foram escolhidos assentos políticos, religiosos, militares e da classe dominante como elementos dignos de preservação, como seus feitos e modos de vida que se mantém até os dias atuais como patrimônio oficial do país. Mesmo sabendo que a maior parte da população não se identifica e não se reconhece nesses símbolos. Esse foco na unidade e na identidade nacional foi um fator de marginalização das contradições e retira da memória o significado da luta da sociedade (FENELON, 1992).

Esses feitos e monumentos históricos podem ser revelados nas cidades históricas mineiras que foram escolhidas pelo Estado Novo como lugares de Memória e de História, de representação de 'heróis' e da memória coletiva, com cuidados especiais na sua preservação, para ficar bem visível essa identidade cultural do país. Minas Gerais passa a ser um lugar representativo de uma memória nacional, uma identidade marcada pela riqueza e pela continuidade colonial com viés republicano (ALBANO, 2002). No decorrer da história humana, o patrimônio foi considerado como elemento essencial na formação de uma determinada identidade, vinculada a grupos sociais que o monopolizavam. Por meio do patrimônio, implementava-se um projeto de sociedade que exigindo diversos suportes como personagens, comemorações, monumentos, objetos, iconografias e narrativas como base de interpretação inaugural, muitas vezes, manipulatórias e excludentes. O discurso oficial tende a ignorar a diversidade das memórias, poque se baseia na diversidade das identidades, o que pressupõe a busca de alternativas para controlar e manipular a memória. Então, primeiro tentou construir uma sociedade sem memória, um Estado desenraizado, sem tradições e manipulado (SILVA, 1995).

É importante indagar o porquê de alguns prédios ou artefatos a serem considerados históricos, e assim merecedores de preservação, em detrimentos de outros. Seguindo os caminhos apontados por Marcos Silva (1995), sabemos que não raro a história e, em consequência, as políticas públicas em direcionadas ao patrimônio, tentam manter unanimidade, na constituição de uma única memória e de um passado harmonioso, sem

conflitos ou contradições, camuflando as diferentes tradições, diversidades culturais que seria capaz de ameaçar a uniformidade que garantia a manutenção dos poderes (ORÍ, 1997). Essa visão contribuiu para um processo de exclusão material e simbólica que privilegia apenas um patrimônio, impossibilitando a classe popular de se identificar materialmente consigo mesma, negando a possibilidade de estabelecer ou afirmar uma identidade (SILVA, 1995).

Inserido neste contexto, os museus foram constituídos de forma a corroborar discursos que permitiam às pessoas criarem uma consciência à cerca de seus pertencimentos. Articulavam invenções identitárias, atribuindo-lhes materialidades e, portanto, força simbólica. Os discursos apresentados nos museus encontravam ecos nas culturas materiais. Criava-se, portanto, uma díade discursiva – materialidades que, quando coordenadas, geravam o efeito de realidade. Para o público, tinham-se as ideias e as provas.

O passado só será lembrado se tiver presença física, se estiver inscrito no presente de alguma forma. Neste caso, há uma representação seletiva do passado de um indivíduo que é social, pertencente a uma comunidade. Toda memória é conhecida por ser coletiva, pois é projetada para manter a continuidade e resistência às mudanças. Quando entendida como parte integrante da coesão grupal e institucional, é um elemento de identidade, um lugar onde a memória é definida e questionada. Dessa forma, subentendem-se os motivos que levam àqueles que estão no poder a se preocuparem tanto com que será lembrado e o que será esquecido (PEREIRA, 2002).

Nos lugares da memória (NORA, 1993), cristalizava-se o silenciar das negociações e conflitos existentes na imaginada sociedade brasileira. A efetivação destes mecanismos de inclusão e exclusão cultural dava-se através de políticas patrimoniais que durante décadas, estiveram concentradas nas mãos de pequenos grupos articuladores de diferentes esferas de poder (BOURDIEU, 1999).

A memória coletiva está vinculada à permanência e à continuidade, e assim a identidade reconstrói constantemente o velho a partir de esquecimentos e revitalizações. A memória institucionalizada, por sua vez, está sujeita a manipulações e ideologias, correndo-se o risco de tornar-se elemento desestabilizador da memória coletiva, ao congelar a história por meio de sua oficialização e da construção de espaços de memória, como os museus e o patrimônio.

Segundo Baczo (1984; BENEDICT, 2008 apud SCHWARCZ, 2012, p. 351):

Memória é processo de bem lembrar, mas também de muito esquecer, e os discursos de identidade arbitram e agenciam determinadas imagens sempre em detrimento de outras. No entanto, se é possível dizer que a memória manipula, vale à pena lembrar que não age no vazio. Ao contrário, é preciso haver uma comunidade de imaginação para que sua veiculação ganhe eficácia e legitimidade.

É possível perceber como nesses dois momentos específicos (lebrança e esquecimento), o Estado atua no sentido de fundar e arbitrar práticas de patrimônio cultural no Brasil, processos de construção da nacionalidade com lógicas calcadas no passado, mas fincadas no presente.

Marilena Chauí (2000) em sua obra ‘Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária’ faz uma crítica a Comemoração dos 500 anos de descobrimento do Brasil. Segundo ela não há o que comemorar diante dos mecanismos que ocultam a realidade do país. Sua discussão se baseia em torno do Mito Fundador do Brasil, uma representação simbólica que consegue fazer com que parte dos brasileiros tenha um sentimento de pertencimento e de exaltação ao nacional, embora as condições sociais e políticas nem sempre indiquem o sentimento de pertencimento e participação social do povo (CHAUÍ, 2000).

De acordo com Chauí (2000, p. 6-7):

[...] O mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. [...] Um passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo [...], fora da história, sempre buscando e encontrando novos meios de expressão, novas linguagens, valores, ideias, levando à repetição do mesmo, em um processo de atualização e sobreposição na construção de identidades. [...] Esses momentos fundadores são as marcas daquilo que se convencionou lembrar, preservar, e assim, ocultar.

No decorrer da década de 1970, os museus receberam várias críticas provenientes de diversas áreas do conhecimento. Alegava-se que os museus constituíam os espaços das histórias oficiais, da autocracia das elites (SANTOS, 2004).

Diversos debates, movimentos, reivindicações, lutas e resistências de parte da sociedade foram surgindo ao longo da segunda metade do século XX. Essas populações, consideradas pela classe dominante como “figuras pouco expressiva” na sociedade foram gradativamente, ampliando seus espaços e conquistando seus direitos. Populações essas como por exemplo, os grupos quilombolas, as populações indígenas, os imigrantes, os povos tradicionais, entre outras, que tiveram suas memórias e suas histórias, muitas vezes,

silenciadas em favor do enaltecimento de uma nação e de uma minoria que compõe a cúpula do poder. Somente depois de muitos embates, e também de muitas resistências, foi que elas puderam contar as suas histórias, os seus modos de vida, que não coincidem com a chamada História Oficial. As referências culturais desses grupos, que até então eram ocultadas, passam a ser valorizada e incluída nos textos legais como objeto de direito reivindicados por essa população.

Ao longo do tempo os museus brasileiros foram modificando e diversificando suas narrativas, abandonando antigos heróis nacionais e erigindo representantes mais populares da nação. A partir de 1945, os museus não apresentavam aspectos tão nacionalistas comparando aos do período de Vargas, embora ainda deixados os menos favorecidos do país à margem, proporcionavam novas oportunidades com relação à visitação, patrocínios culturais e formação de classes”.

Em 1946, representantes de 147 países reuniram-se para formar o Conselho Internacional de Museus (ICOM), uma ONG que mantém relações oficiais com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Desde então, o ICOM vem elaborando diretrizes e metas que têm impactado na prática dos profissionais de museus. O Brasil é membro do Conselho Internacional de Museus desde sua criação, participa na construção e definição de objetivos e metas a serem alcançados, a partir da definição básica de museus como instituições permanentes, que adquirem, conservam, pesquisam, transmitem e expõem testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente. Diversos adendos foram realizados, ampliando a diversidade do que se entendia por museus e sua conexão e responsabilidades com a sociedade.

Novas práticas foram introduzidas aos museus a partir da década de 1970, em que priorizavam o respeito à diversidade cultural, a sua integração com as diferentes realidades locais e a proteção do patrimônio cultural de minorias étnicas e populações carentes. Houve também uma transformação na relação cotidiana entre os profissionais dos museus, as exposições e o público.

Segundo Myrian S. Santos (2004, p. 59):

Quando observamos o crescimento dos museus ao longo do século XX, o aspecto a ser destacado é que a maior parte deles, isto é, 81,24% dos museus atualmente existentes, foi criado apenas nas últimas quatro décadas, sendo que o grande aumento do número de museus ocorreu nos anos de 1980. E o número cada vez maior de museus a partir dos anos de 1980 não foi uma peculiaridade brasileira, esse fenômeno foi analisado em diversas regiões do mundo como sendo uma

resposta a demandas mais localizadas e como parte de um movimento que tornou mais diversificado o processo de preservação do passado (SANTOS, 2004, p. 59).

Inicialmente, o foco na preservação do passado estava mais voltado para o patrimônio arquitetônico, e somente em meados da década de 1970 é que o patrimônio cultural passou a ser considerado e visto como base na formação de uma identidade nacional e, portanto, deveria ser preservado. É o que hoje chamamos de patrimônio cultural imaterial. A categoria de bens imateriais no Brasil só é validada após a Constituição de 1988, garantida pela criação do registro desses bens pelo IPHAN, no ano de 2000. O primeiro registrado foi o das panelas de goiabeira do Espírito Santo em 2002 (CORTÊS, 2007).

Segundo o IPHAN (2021):

A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2021).

Considerando que a sociedade brasileira é marcada por uma diversidade social, cultural e étnica, que pressupõe diferentes histórias, memórias, olhares e assim, uma multiplicidade de significados fundadores de patrimônios, como pensar apenas em uma perspectiva única e elitista em relação ao patrimônio cultural?

Partindo desse princípio, entende-se que o Patrimônio Histórico e Cultural deva abandonar o caráter tradicional, monopolizante, impositivo e elitista vinculado ao Estado e aos grupos dominantes, e se movimentar para as necessidades do contexto social imediato, permitindo a coexistência de uma diversidade de manifestações e edificações, superando aquilo que tradicionalmente se convencionou a chamar de Patrimônio.

Os museus ou casas de memória como tem se conceituado atualmente, precisa ser um espaço de representação de nossa sociedade, que contempla a memória dos diversos grupos sociais, especificamente, da comunidade local. Suas ações precisam estar em constante diálogo com a comunidade envolvida, por ser esta a maior reconhecidora do contexto em que suas referências culturais se encontram, bem como incentivar esse grupo a apropriar-se desses bens, cuidando e lutando por sua preservação.

Nas últimas décadas, tem-se ampliado as discussões em torno do desenvolvimento de ações educacionais voltados ao patrimônio cultural. De acordo com Lourdes P. Horta (1999, p. 4): “A Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”. Permite um reencontro do indivíduo consigo mesmo, elevando a sua autoestima pela revalorização e reconquista de sua identidade, percebendo-o no seu próprio contexto cultural, transformando-se no principal agente de preservação desse patrimônio.

Em face às transformações ocorridas pelo processo de globalização, onde as culturas locais são influenciadas e articulam cada vez mais com as culturas externas e globais, e que diante da modernidade tardia ou pós-modernidade e da globalização, como nos sugere Stuart Hall (2004, p. 7):

...está ocorrendo uma ‘crise de identidade’, que faz parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

No entanto, é necessário articular o global ao local, para gerar um debate acerca da Identidade, Educação, História e Patrimônio. É preciso que as marcas identitárias locais sejam evidenciadas, valorizadas e preservadas de forma sustentável pelas comunidades que as ressignificam continuamente através da Educação Patrimonial.

A identidade cultural é construída a partir do conflito da visão de mundo do “outro” como diferente da visão do mundo do “eu”, ou seja, das diferentes identidades. As identidades expressam uma postura e ação de afirmação (étnica, local, ideológica etc.) no jogo político do cotidiano. Essas noções são importantes quando lidamos com o patrimônio cultural, que se configura como o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo.

Para Átila Tolentino (2013, p. 9):

As memórias constituem a nossa capacidade de perceber e reunir experiências, saberes, sensações, emoções e sentimentos que, por um motivo ou outro, escolhemos para guardar. Elas são essenciais a um grupo porque estão atreladas à construção de sua identidade. São o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de continuidade e de experiência, isto é, de identidade. A identidade é o sentimento de um indivíduo ou grupo em pertencer a uma determinada região, prática social, ideia ou sistema de valores (TOLENTINO, 2013, p. 9).

O CENTRO DE PESQUISA E MUSEU REGIONAL DE ARQUEOLOGIA DE RONDÔNIA COMO ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA

O Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia (CPMRARO), localizado no município de Presidente Médici, criado em 2007 e inaugurado em 2008 e tem como mantenedora a prefeitura do município. O CPMRARO é uma instituição de pesquisa e acervo, tem como finalidade a valorização, preservação, comunicação e educação voltada ao patrimônio arqueológico da região centro-leste e centro-oeste de Rondônia.

O Museu foi construído com a finalidade de dar guarda e realizar a curadoria de acervo resultante de trabalho realizado por pesquisadores da região, assim como também de materiais oriundos de doações de trabalhadores rurais que encontravam esses materiais ao cultivarem suas terras. Além de salvaguardar os materiais arqueológicos da região centro-leste e centro oeste de Rondônia, o museu ainda atua como espaço de pesquisa, comunicação e educação patrimonial.

Com base em resultados de pesquisas realizadas por professores pesquisadores da região, foram localizados até o ano de 2013, na região centro-leste de Rondônia, 21 sítios rupestres, somando um total de 1.446 gravuras. Porém, não foi possível realizar a análise de todos os sítios pela delimitação do tempo para a pesquisa. Nesse caso, foram selecionados nove sítios para a análise: Sítios Molim I e Molim II, no município de Ji-Paraná; Sítios Cachoeira Alta, Poço das Antas e Calunga, no município de Ministro Andreazza; e Sítios Mirante, Riachuelo, Lajedos da Gruta e Pedra dos Animais, no município de Presidente Médici (COIMBRA; GARCIA; FERNANDES, 2004).

De acordo com as análises dos pesquisadores, os sítios rupestres estão situados, em sua grande parte, nas proximidades de ribeirões e seus afluentes, pequenos córregos e baixadas úmidas (brejo) situados próximos às nascentes d'água (COIMBRA, 2013, p. 74). As gravuras encontradas nos sítios foram classificadas de acordo com os seguintes temas: antropomorfos (representação humana como pés, mãos, caras etc.); zoomorfos (apresentando forma de animal como ave, peixe, onça, serpente, lagarto etc.); geométricos (linhas retas, sinuosas, espirais, círculos, amoladores/polidores, pilões etc.); artefatos (objetos ou parte dele construído pelo homem, como machados encabados, arco com flecha

etc.); e outras gravuras não identificadas em virtude do estágio avançado de desgaste das rochas que serviam de suporte para tais registros. (id. p. 85).

Segundo Anne-Marie Pessis, os registros rupestres são vestígios arqueológicos muito importante para a compreensão das sociedades pré-históricas, pois possuem

[...] a materialidade constituída pelos desenhos, que são os primeiros na história da cultura humana e que fornecem informações sobre como se resolviam os problemas técnicos para atingir um produto gráfico. E também são suporte da dimensão material da cultura, constituída pela temática tratada, pelo que as figuras representavam e pelos múltiplos significados que estes registros tiveram para seus autores ao longo de um tempo remoto (PESSIS, 2003, p. 55).

A partir das descobertas e catalogações dessa infinidade de sítios arqueológicos existentes na região, tanto rupestres quanto litocerâmicos, fica evidente que a região centro-leste de Rondônia possui uma vasta riqueza arqueológica que necessita ser urgentemente preservada.

A História enquanto ciência, sempre se preocupou em relatar a história da humanidade. Aliada com a Arqueologia, é capaz de reconstituir e/ou reinterpretar aspectos da pré-história e de nossa história, por intermédio do estudo da cultura material. Esses vestígios materiais são testemunhos de ocupações humanas passadas, suas práticas e os saberes, como também as transformações ocorridas no tempo e no espaço, como as suas tecnologias para caçar, pescar, se abrigar, e proteger.

O CPMRARO guarda uma parte da história dos povos pré-históricos que habitavam na região antes da colonização portuguesa. Esses povos, denominados pelos portugueses de “índios” ou “nativos”, apresentava uma cultura com aspectos primitivos e rudimentar. Porém, de fundamental importância para auxiliar na compreensão da história de nossos ancestrais, e assim, refletir quem somos.

Além de atuar na salvaguarda de todo o material que compõe o seu acervo, inclusive, dos sítios arqueológicos registrados, de promover pesquisas, o CPMRARO também tem realizado um importante trabalho de educação patrimonial junto às escolas do município, visando orientar a comunidade, conscientizando alunos, educadores e comunidade em geral sobre a importância da preservação desse patrimônio histórico e cultural.

Cuidar dessa imensurável riqueza arqueológica presente não somente na região centro-leste do estado de Rondônia, mas também em toda a região norte do país, conforme apontam pesquisas realizadas anteriormente por outros pesquisadores, é responsabilidade de

todos nós. Pois, com as constantes alterações e ocupações desordenadas do ambiente, flora, fauna, solo e subsolo, tem provocado uma perda irreversível de testemunhos de nossa história, na medida em que muitos sítios arqueológicos estão sendo soterrados ou destruídos, e muitas evidências históricas perdidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o patrimônio cultural brasileiro não se resume a objetos históricos e artísticos, a monumentos constitutivos da memória nacional, ou a lugares já consagrados historicamente e tutelados pelas instituições do governo, e que existem também outras manifestações culturais que compõe o patrimônio vivo da sociedade brasileira, como por exemplo os artesanatos, os meios utilizados para a prática de algumas atividades como a pesca, a caça, o plantio, o cultivo e a colheita, a utilização de plantas como alimento e medicações, as técnicas para a construção de moradias, a culinária, as danças, músicas, jeitos de se vestir, de falar, os rituais, as festas religiosas e populares, as formas de relação social e familiar, os saberes e experiências de vida na floresta, que é parte essencial da herança cultural indígena; que todas essas manifestações fazem parte da cultura viva de uma sociedade ou comunidade. E tudo é produto de uma construção coletiva, que a diferença entre elas, distingue-as de outras, criando assim, o verdadeiro sentido de identidade que vem a pertencer a todos os cidadãos.

Portanto, tudo que é produto da ação consciente e criativa dos homens sobre o meio em que vive é patrimônio cultural. O patrimônio é esse grande acervo, o registro dos acontecimentos da história de um lugar, a herança cultural acumulada ao longo do tempo pelos homens, agentes das realizações e história de uma sociedade, e muitas vezes se perde por falta de incentivo ou pela perda da identidade da comunidade, que sofre as mudanças e interferências do mundo globalizado.

O desenvolvimento de uma mentalidade e de uma prática preservacionista junto às gerações atuais e as gerações vindouras, é imprescindível na preservação e manutenção dos bens culturais, pois o desaparecimento desses bens constitui uma grande perda para todos, seja um monumento antigo, uma espécie de flora ou de fauna, formas de expressão, modos de vida, entre outros (LONDRES, 2012, p. 15).

A cultura é transversal, é interdisciplinar e transdisciplinar. É urgente e necessário a salvaguarda e a preservação da cultura e do patrimônio cultural. A importância da cultura

deveria ser materializada por meio de projetos culturais que atendam às peculiaridades de cada região do país, como por exemplo, a preservação da cultura indígena, a valorização das manifestações culturais e artísticas relacionadas à Amazônia, às ações de educação ambiental, à inclusão social, entre outros.

Os museus são espaços guardiões da História, da Memória, da Cultura; o reflexo de uma sociedade que representa nele esse processo de construção de identidades. No entanto, para ser um museu bem referenciado socialmente, é necessário que diversas memórias e de diversos grupos sociais estejam nele representado.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Celina. O Sentido da Interpretação nas Cidades do Ouro: São João Del Rei e Tiradentes. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celia (Org.). **Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG/Território Brasilis, 2002.

BACZO, Bronislaw. **Les imaginaires sociaux**. Paris: Payot, 1984.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENEDICT, Anderson. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **Comentário I: museu, imagem e temporalidade**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. v.15. n.2. p. 31-36. jul.- dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/Q6xNFbB8NNHNshgMsLmQJ5n/?lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2021.

COIMBRA, Maria de O. Garcia; GARCIA, José da Silva; FERNANDES, Devanir Domingues. **Pedras que guardam segredos: catalogação de registros rupestres no município de Presidente Médici, a partir do distrito de Novo Riachuelo**. 2004. 90 f. Monografia (Especialização em História Contemporânea) – Instituto de Ensino Superior do Acre, Rio Branco, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico. In: O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo / Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, 1992. CÔRTEZ, Celina. Vigor aos Setenta. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano 03, n°. 26, nov. 2007.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e Civilização.** (vol. 2), Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1993.

FENELON, Déa R. **Políticas Culturais e Patrimônio Histórico.** In: Cultura e Memória: Perspectivas da Administração Pública Brasileira Hoje. Brasília: Cadernos ENAP, vol. 1, n. 2, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo, Paz e Terra, 2011.

GARCIA, José da Silva; OLIVEIRA, Maria Coimbra de. Pedras que guardam segredos: catalogação de sítios arqueológicos na região centro-leste de Rondônia. **Revista Veredas Amazônicas**, jan./jun., vol. II, nº 01, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN, **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:** Patrimônio Imaterial. Brasília, 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234> - Acesso em: 31 out. 2021.

LOWENTHAL, David. **The place of the past in the American Landscape**, in David Lowenthal e M. Bowden (eds.), *Geographies of the mind*, Oxford, Oxford University Press, pp. 89 -118. (1976).

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** In: Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Maria Coimbra. **Arte Rupestre em Rondônia.** Presidente Médici, RO, 2013.

ORIÁ, Ricardo. **Memória e Ensino de História.** In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico em Sala de Aula.* São Paulo: Contexto, 1997.

PEREIRA, Doía Freire e Ligia Leite. **História Oral, Memória e Turismo Cultural.** In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celia (Org.). *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar.* Belo Horizonte: UFMG / Território Brasília, 2002.

PESSIS, Anne-Marie. **Imagens da Pré-História: Parque Nacional da Serra da Capivara.** São Paulo: Fumdam/Petrobrás: Ministério da Cultura, 2003.

POULOT, Dominique. **Musée, nation, patrimoine (1789-1815).** Paris: Ed. Gallimard. (1997).

SANTOS, Myrian Sepúlveda. (2000). Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Revista Sociedade e Estado**, XV (2): 271- 302. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/jhHKQtgxMTh5ZYxKFt38zpM/?lang=pt> Acesso em: 11/10/2021.

_____. (2004), Museus brasileiros e política cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (RBCS), Vol. 19 nº. 55 junho/2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/65kMwMkhxJbhPM68p8Grrhc/?lang=pt> Acesso em: 11/10/2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo, Companhia das Letras, (1993).

SILVA, Marcos A. **História: o prazer em ensino e pesquisa.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOTO, Moana Campos. **Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma concepção museal à serviço da transformação social.** Cadernos de Sociomuseologia – 4 - (vol 48). 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/maria/Downloads/4987-Texto%20do%20artigo-16327-1-10-20150418.pdf> Acesso em: 15/10/2021.

WILLIAMS, Daryle. **Culture wars in Brazil: the first Vargas regime, 1930-1945.** Durham, NC, Duke University Press, 2001.